

# “AS ILHAS DOS ABENÇOADOS”<sup>1</sup> - ARTE POLÍTICA E MITO NO GÓRGIAS DE PLATÃO “THE ISLANDS OF THE BLESSED” - POLITICAL ART AND MYTH IN GORGIAS BY PLATO

Tiago Nascimento de Carvalho<sup>2</sup>

## RESUMO

O texto do Górgias de Platão esta na seleta parte dos diálogos responsáveis pela discussão do Estado Ideal e o homem de Estado. Mesmo, que se defina a obra como um tratado acerca da retórica, este elemento principal se conecta a discussão do Estado Ideal, como o pode também ser observado na *República*, *Crítias*, ou no *Timeu*. Afinal, o homem de Estado não é exatamente e tão somente o príncipe, ou o *basileus*, mas para Sócrates é o homem político, todo aquele cuja voz na *pólis* se faz ouvir por força ou direito. Há um grave problema no discurso socrático quando sua retórica se estimula pelo poder das palavras em oposição à realidade das ações. Então aparece a verdadeira arte política que põe o poder em xeque por meio de reações adversas, quando para o filósofo é difícil convencer o ouvinte sobre a pedagogia essencial da formação do político (Dois exemplos em Plutarco, o de Demóstenes e Cícero, dialogam tão bem, com o discurso de Sócrates acerca deste embroglio). O *mythos* como narrativa passa a ser a última tentativa de explicação sobre o papel político do homem de Estado. Sócrates, por fim desenvolve uma fábula ou narrativa (*Mythos*) chamada a *Ilha dos Abençoados*.

*Palavras-chave:* Estado Ideal; Retórica; Política; Arte Política; Homem de Estado.

## ABSTRACT

*The Gorgias is one of Plato's dialogues that are responsible for the discussion of the Ideal State and the Statesman. Although the work can be defined as a treatise on rhetoric, this main element is connected to the discussion of the Ideal State, as can also be observed in the Republic, the Critias and in the Timaeus. After all, the Statesman is not purely and simply the prince or the basileus. For Socrates it is the politician, anyone whose voice obtains a hearing in the polis, be it under compulsion or lawfully. There is a serious problem in the Socratic discourse when his rhetoric is stimulated by the power of the words as opposed to the reality of the actions. There appears the true political art which questions the power by means of side effects, when it gets difficult for the philosopher to convince the listener of the pedagogy that is essential for the education of the politician (two examples by Plutarch, Demosthenes and Cicero too, dialogue as well with Socrates' speech about this embroglio). The mythos as a narrative becomes the last attempt at an explanation of the political role of the Statesman. Socrates eventually develops a fable or narrative (Mythos) called the Island of the Blessed.*

*Keywords:* Ideal State; Rhetoric; Politics; Art Statecraft; StatesMan.

## INTRODUÇÃO

A retórica, ou arte retórica como gostam alguns tradutores e especialistas do mundo antigo, sempre seduziu pelo que há nela de discurso, persuasão, e este é sem dúvida o seu lugar comum.

Os textos gregos que discutiram a fundo a natureza da retórica viam nesta arte a possibilidade de complementação da formação do filósofo, visto que, se o pensador domina a dialética e por consequência a retórica, o sujeito-filósofo torna-se não só dominante do conhecimento, mas adquire a faceta de sujeito-político, e preparado para o cargo político, aquele tão reivindicado por Platão na *República* ao exatamente unir esta dupla faceta, e constituir o grau máximo do homem no Estado: o *rei-filósofo*.

Neste sentido, é possível que se vasculhe esse assunto num dos diálogos mais completos de Platão, o *Górgias*, quando precisamos nos acercar de três naturezas que competem a formação do homem de Estado, e/ou do estadista ideal: I) a natureza da arte retórica antes de Aristóteles se debruçar sobre as categorias da mesma; II) a alusão a formação do discurso do

Estadista como homem político e como orador; III) e o *mythos* responsável por esta literatura incrementada de nuances educativas na história do ocidente, de que tanto gostava Platão, quando a força do convencimento conceitual se esboroa, já que o homem não é tão seduzido pelas histórias reais, mas muito mais pelas inventadas de seus antepassados.

Assim, o vasculhamento destas três raízes no *Górgias* são o objeto deste artigo, como também exemplificações das consequências provocadas pelo diálogo na formação político-histórica do homem grego.

<sup>1</sup>A tradução inglesa coloca como "The Islands of the blessed" (com o termo ilha no plural), já o professor Carlos Alberto Nunes coloca como "A ilha dos bem-aventurados", a tradução de Edson Bini traduz como no título do artigo e coloca a expressão em grego na nota de rodapé *makaron nesous*, que será ao longo do texto a nossa referência.

<sup>2</sup>Doutor em Estudos Clássicos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Mestre em Teoria Literária pela Universidade de Brasília – UnB.

## A RETÓRICA E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO HOMEM DE ESTADO

O tema da retórica, não é simples e puro, mas seu papel político; é até hoje de amplo interesse humanístico e seu desenvolvimento alude à necessidade do homem político saber versar, encantar e convencer pela palavra.

Este tema então nos surge também por aquilo que nos lembra Sófocles no *Ájax* de quando um rei se beneficia de suas virtudes e se desmorona nos seus vícios, é porque sabe da competência do seu discurso, da certeza na sua origem, da sua força como guerreiro, mas se perde ao esquecer da loucura provocada pela sedução do poder acima de suas forças: "Devo entregar-me por inteiro a minha obra, e com a máxima presteza! Ah! Morte! Ah! Morte!" (ÁJAX, 1760-1761).

O desafio que Sócrates fez a Górgias é ainda a chave do diálogo objeto desta investigação, e está na matriz desse desafio a discussão em torno da natureza do convencimento e do poder da palavra, se é ela feita para encantar ou para dizer a verdade.

O convencimento é para Política a mais profunda raiz da arte persuasiva, e quando o convencimento não é só sua fonte de inteligência retórica, mas também perfaz uma causa justa e valorosa, o que temos aqui é o que Nietzsche depois alcunharia com toda a acidez de seu discurso de a Grande Política<sup>3</sup>. Assim Górgias nos faz um relato como resposta a Sócrates e como produto desta completa formação do homem político, inquirida pelo filósofo:

*Refiro-me à capacidade de persuadir mediante discursos juízes nos tribunais, políticos nas reuniões do Conselho, o povo na Assembleia ou um auditório em qualquer outra reunião política que possa realizar-se para tratar de assuntos públicos. E por força desta capacidade terás o médico e o instrutor de ginástica como teus escravos; quanto ao especialista em finanças, passará a ganhar dinheiro não para si, mas para ti, que possuis a capacidade de discursar e persuadir as multidões. (GÓRGIAS, 452e)*

A resposta deixa Sócrates espantado. Aristóteles, neste caso, tempos depois, atestando Platão e Sócrates, viria a condenar Górgias, pois seu estilo poético produz o convencimento, mas constrói uma falácia e um poder meramente sofístico, o que acarreta um papel contraproducente da arte retórica. E qual seria o papel produtor? Seria aquele que exatamente implicaria no benefício do todo, na felicidade, no alcance do bem supremo, temas da *Arte Retórica* do Estagirita:

*"Como parece que os poetas, não obstante a frivolidade dos assuntos por eles tratados, adquiriam, graças ao estilo, boa reputação em primeiro lugar, começou por se adotar o estilo poético. Assim procedeu o Górgias. Ainda hoje muitas pessoas desprovidas de instrução imaginam ser esta a melhor maneira de se exprimir. Na realidade não é assim, e o estilo oratório difere do estilo poético." (LIVRO III, I, 9)*

Aristóteles vai primeiro na linha em defesa da diferença do estilo, inclusive ao relatar que na sua *ars poética* trataria do papel do estilo poético, mas é mais à frente que seu discurso ganha a maior relevância, na condenação do que fazia Górgias, por exemplo, e na busca em demonstrar o que é evidentemente pitoresco ou poético, quando o papel do discurso político é um só e outro, pois para cada gênero um estilo. Contudo a oração deve ser feita mediante a urbanidade e a graça, o equilíbrio, logo não podem exigir: "trabalho nenhum de pesquisa por parte dos ouvintes, como nem o que, depois de enunciados, continuam sendo ininteligíveis" (LIVRO III, X, 4)

Poderíamos, se quiséssemos mergulhar nas filigranas da boa arte retórica, mas o importante agora é demonstrar como seu tratamento implica na formação do Estado Ideal e do Homem ideal de Estado; logo o prazer do discurso, a produção de uma arte das palavras e da oratória para poucos, tão estabelecida no decorrer do *Górgias* ficaria para outro momento, e o que nos chama atenção no texto é a relação que Sócrates estabelece entre esta arte retórica e o discurso do homem político, ao propor qual seria então o discurso do Estadista, e/ou o seu discurso perfeito? Sócrates diz a Cálicles:

*Muito bem. Mas o que dizer da retórica dirigida ao povo ateniense, ou a outros povos [em assembleias] compostas de homens livres? Os oradores a ti impressionam por sempre falarem tendo o melhor em vista, como o propósito exclusivo de tornar os cidadãos os melhores possíveis através de seus discursos, ou se põe eles, tal como poetas, a agradarem e satisfazerem os cidadãos? E será que, sacrificando o bem comum ao seu próprio interesse pessoal, não se comportam nessas assembleias tendo como único objetivo satisfazer os indivíduos, sem se preocuparem minimamente se seus discursos resultarão em os tornar melhores ou piores? (GÓRGIAS, 502e)*

<sup>3</sup>Nietzsche esboça uma ampla discussão sobre o papel ideal de uma Grande Política que não seria capaz de ocorrer entre os homens, pois os mesmos não estariam preparados para tal, talvez pela falta de uma virtude genuína que ainda não teria ganho o espírito humano, tomando como maior exemplo a sua Alemanha, nos *Fragmentos Finais* e nos *Fragmentos do Espólio*.

Nesse momento parece muito evidente que Sócrates quer enredar os participantes do diálogo, pela figura sofisticada de Górgias, como aqueles a quem não devem seguir os homens de Estado, pois o fruto de suas inteligências e domínios políticos, como também a força de suas articulações e manobras com as palavras, são quase poções perfeitas para manter o papel da retórica como construto beneficiário da vida política individual baseada na formação de fortuna e de status.

Só há um meio para Sócrates combater este modelo, lançando-se exatamente como antípoda do mesmo, quando se promove, em meio aos convivas, enquanto única figura a praticar esta grande política, filha dos bons modos e das boas intenções, cuja natureza não pode ser o prazer ou a auto-promoção, mas o bem desinteressado, isto óbvio gerará reação controversa e dura dos debatedores, principalmente de Cálicles, vejamos o que diz Sócrates:

*"Acho que sou um entre poucos, se não o único, em Atenas, que assume a verdadeira arte política e o único homem na atualidade que pratica a genuína política. Consequentemente, como os discursos que pronuncio ocasionalmente não visam à gratificação, mas ao que é o melhor ao invés do que é o mais prazeroso..." (GÓRGIAS, 521e)*

Há, a partir daí no diálogo, na boa base irônica do discurso socrático, uma tentativa de iniciar a explicitação clara do que é ser um homem de governo para o bem comum, e esquecido do benefício próprio, este discurso influenciara toda uma geração de oradores que, na posição régia ou de conselheiros, terão que cuidar em muito da sedução posta entre a inteligência vaidosa do discurso e a necessidade do discurso político autêntico e justo, veremos dois casos.

## CONTRIBUIÇÕES DE PLUTARCO AO RELATAR A VIDA DE GRANDE ORADORES

A partir daqui, faremos uma breve inserção de dois exemplos de oradores relatados por Plutarco, no que concerne o seu texto sobre homens ilustres que versaram sobre a política na formação de uma retórica essencial ao grande estadista, já que mais a frente dialogaremos sobre o cansaço de Sócrates na indústria do convencimento e seu apelo no *Górgias* para o mito das *Ilhas dos abençoados*.

É lugar comum a compreensão de que Plutarco foi um biógrafo e que as *Vidas Paralelas* reúnem o que há de melhor das biografias dos homens ilustres de Grécia e Roma na antiguidade.

Mesmo com a incompletude da obra, também se sabe que o alcance da mesma é muito superior ao substrato biográfico a que podemos dedicá-la e para isso os estudos em torno de Plutarco matizam o pensador dos costumes, da moral e o educador da Europa, este último fruto de seminário resultado de um livro com base nos anais do congresso, em que o capítulo dedicado pelo professor Nunes Simões Rodrigues vai no mesmo horizonte de perspectiva sobre o autor greco-latino:

*Ao escrever as Vidas Paralelas, Plutarco assumiu-se como biógrafo, já os gregos o consideravam fundamentalmente um biógrafo, não um historiador, porque distinguiam uma atividade da outra. Enquanto o historiador procura estabelecer relações de causa e efeito, tendo assim necessariamente que reproduzir um trabalho que implica a continuidade dos fatos, o biógrafo prescinde da cadeia casual, selecionando apenas os acontecimentos que lhe permitem salientar este ou aquele aspecto de caracterização da sua personagem. Porém, escrever uma biografia pode ser produzir historiografia. Seja qual for a interpretação do autor, uma biografia preocupa-se com a análise de uma figura no seu contexto histórico. Pois só tendo em conta a figura com o seu tempo, esta se torna inteligível. (NUNES, 2002 p. 127)*

A faceta do historiador, impregnada a do biógrafo, respondem em muito, a um elemento que já entre os gregos e romanos na antiguidade se fazia valer por uma tradição crítica e metalinguística apropriada a validação e revalidação da hermenêutica histórica.

O processo dialógico e a imersão no caráter da linguagem eram fundamentais para determinar uma assertiva ou um erro de postulação analítica. O tornar-se inteligível não era só deixar claro o atributo da verossimilhança histórica no retrato de caracteres e personagens, mas também uma implicação de ordem interpretativa no direcionamento para uma leitura específica do fato e para o caráter intertextual destas relações, o professor Nuno vai a esta percepção ao demonstrar a forma assumida por Plutarco ante a personagem Cleópatra naquilo que atribui como forma da negatividade e ao adentrar o aspecto meta-crítico diz:

*Para apresentação de Cleópatra, Plutarco recorre também a imagens familiares da cultura greco-romana, que vão das descrições meta-textuais, coincidentes com obras de arte (autênticas éfrases), às associações tipológicas algumas enunciadas, outras declaradas. Já Virgílio tinha recorrido a essas associações para, na Eneida, apresentar realidades históricas camufladas por narrativas míticas. (Idem, p. 139).*

Este aspecto meta-textual nos interessa muito quando na vida de Demóstenes e Cícero, Plutarco implicará as relações biográficas dos dois oradores políticos, com um modelo de educação que nasce da divergência e convergência sobre o que era por eles dito e aconselhado para os imperadores e para a reflexão sobre a vida política. E a pergunta era se estávamos ou não diante da grande retórica, ou da maior retórica, fica aí o papel dela, a retórica, evoluído na educação dos príncipes, como o biógrafo nos coloca: "...vamos apreciar Demóstenes e Cícero segundo a comparação das ações e da conduta política, do caráter e das disposições do espírito..." (PLUTARCO, 1959, VII, p.10).

O aspecto inicial deveras claro na vida de Demóstenes é a formação do orador, a *eloquentia*, se por um lado foi marca dos homens políticos das assembleias, havia dois elementos primordiais na educação do príncipe, o primeiro é de como o exemplo de um Demóstenes faria o príncipe lidar com um discurso raivoso e nervoso contra si, e sabendo do caráter excepcional e grandioso do orador.

O segundo é como transformar o príncipe em um grande orador. Há aqui dois eixos interpretativos que nos são entregues nas instâncias mais recônditas da interpretação de Plutarco, o primeiro, como um tipo de atenção a educação europeia, por exemplo, ao citar a coerência do discurso de Demóstenes, e o segundo, a incapacidade de contestá-lo pelo caráter de sua argumentação, mesmo sendo contradito ao que pensava o orador:

*O filósofo Panécio assegura que a maior parte dos discursos de Demóstenes são fundados no princípio de que o belo merece, por si só, nossa preferência: assim são a Oração da coroa, os discursos Contra Isócrates, as Imunidades e, finalmente as Filipicas. Em todos esses discursos, não é em absoluto o mais doce, o mais fácil e o mais útil que ele diz aos seus cidadãos: em várias ocasiões, ensina que o que interessa a segurança e a salvação pública deve ser colocado depois da beleza e da honestidade. Sim à nobre ambição que o guiava nos seus cometimentos ele ajuntava a grandeza de alma que iluminava seus discursos. (Idem, 27, p.23).*

O caráter que constrói Demóstenes como personagem, a apresentação vultuosa da personagem política, o aspecto metaliterário que implica no elogio do orador e na formação da sua personagem pela linguagem, o intertexto e o intratexto que constrói o elenco de citações e conhecimento da obra do orador, são o *background* para o fundamento político da formação do Estado e de quem o governa, afinal Demóstenes coloca a honestidade acima da segurança pública, veja-se que isto coincidirá com a exigência final de Sócrates a Górgias, repassada a Cálicles, se retomarmos o papel deste artigo.

É este elemento avançado da ciência política já na interpretação de Plutarco que o eleva de biógrafo a analítico, e que ganha ainda respaldo, quando ele nos apresenta Demóstenes ensinando ao rei seus próprios erros e se colocando como voz pública da moral régia: "Demóstenes dava a alarma entre os atenienses e levantava as consciências contra o rei" (ibidem, 31, p. 26). As relações se davam ante um rei já conquistado pela sua eloquência e inteligência política, o que instituíra um misto de conselheiro vaidoso, com tutor do Estado que também colocava o príncipe em frente ao problema do orador:

*Assim, Filipe tinha a pessoa de Demóstenes em conta especial. Quando Demóstenes foi (era o décimo) como embaixador à Macedônia, o rei, depois de ter ouvido todos os outros, só dispensou cuidados ao discurso dele. Entretanto, nas honras e obséquios, não se portou da mesma forma para com Demóstenes: Esquino e Filócrates foram os mais bem acolhidos. Quando, porém, estes dois oradores se puseram a louvar Felipe pela sua eloquência, pela sua beleza, pelo talento que empregava no beber, Demóstenes, magoado por haver sido desprezado, não pode conter-se: Essas qualidades, disse ele, são as de um sofista, de uma mulher e de uma esponja: em tudo isso não há nada próprio para o elogio de um rei" (ibidem, ibidem)*

Essa vaidade de Demóstenes é o ponto para os múltiplos tentáculos do discurso plutarquiano de educação política. O biógrafo traz-nos a particularidade do orador, e na particularidade do orador vem a ironia que se nos apresenta como encômio às avessas do rei, lançando uma dúvida sobre o caráter da figura régia e, ao mesmo tempo, se esboçam os elementos de uma ciência política voraz baseada na superação dos aspectos práticos, em que a vida do passado é usada para correção da ação futura.

O louvor da eloquência, seus perigos, a corte régia e quem rodeia o rei, de embaixadores a serviçais, são a glória e a defenestração do rei e, com tudo isso, Plutarco pinta o cenário

máximo das relações políticas de educação do príncipe, sem necessariamente sugeri-la de forma direta.

Se fosse este o tema de uma tese, prolongaríamos o discurso sobre Demóstenes, apresentando a transformação do ator político da oratória para o ator político da ação política, sua influência e seu status quase régio, como o dos reis que ajudou a construir ou destruir imagens e reinos, ou como nos coloca Sócrates a mera função de um "lisonjeador" (GÓRGIAS, 521b).

É por isso, apoiado na sensação maior ainda da contribuição de Plutarco do que acerca de seus entes ou personagens biografados, que Cícero merecerá um espaço em outro aspecto, que redundante, mas também sugere a novidade: Como se orienta o rei pelo engenho e pela capacidade intelectual de compreensão do Estado?

Se o rei soubesse não procuraria alguém que sabe mais que ele. Nesse ponto Plutarco insinua um comando *sui generis* do intelecto como um modelo de conselheiro da corte, a quem o rei deve o princípio de educação, já que, no reconhecimento da incapacidade, a autoridade real se torna mais forte pelo princípio da meritocracia.

Plutarco nos cita cenas em que se requer a pessoa de Cícero pela sua capacidade inegável de conhecer e reconhecer os problemas do estado, figuras romanas do pensamento e outras de alta estirpe como Pompeu chegavam a Cícero, um dizia coisas como: "Oh Cícero! Onde estiveste durante todo este tempo?" (PLUTARCO, 1959, 63, p.48); o general por si a caça do orador: "O próprio Pompeu procurava Cícero, e o apoio que lhe emprestou o orador foi-lhe utilíssimo para aumentar o poder e glória" (idem, 64, p. 51). Este aspecto colabora para aquilo que viria a ser memória corrente da formação do Estado não para Roma, mas para as civilizações futuras e modernas, o duo: Cícero/Catilina.

Não se vai entrar nas *Catilinárias* e no discurso da prova e na prova do discurso, mas Plutarco acende uma chama política sobre o famoso evento, menos para dar historicidade aos fatos já conhecidos, e muito mais para construir um panegírico biográfico de Cícero, não no elogio vário do orador, mas na percepção da capacidade de Cícero em orientar a conduta do chefe de estado:

*Cícero foi, de todos os oradores, o que soube fazer sentir melhor aos romanos como o encanto da eloquência amplifica o bem e como o direito é invencível, quando sustentado pelo talento e pela palavra! Mostrou-lhes como o homem de Estado que quer governar bem deve, na sua conduta pública, preferir sempre o que é honesto ao que engana; mas que deve também, nos seus discursos, temperar a doçura da linguagem com o rigor dos atos que propõe. Nada prova melhor a graça da sua eloquência do que o que fez no consulado, em relação aos espetáculos. Até então, os cavaleiros romanos haviam sido confundidos nos teatros com a multidão dos espectadores e se sentavam misturados com o povo. Marco Oton, porém, pretor, separou, como prova de distinção, os cavaleiros da multidão e lhes determinou lugares próprios que eles conservam ainda hoje. O povo sentiu-se ofendido com essa medida. E quando Oton apareceu no teatro foi acolhido com uma vaia e assobios. Os cavaleiros, pelo contrário, o receberam com os mais vivos aplausos. O povo redobrou a assuada e os cavaleiros as ovações. Daí a reciprocidade das injúrias e o teatro cheio de confusão. Cícero, informado da desordem, transportou-se imediatamente ao teatro e se fez seguir do povo ao templo de Belona: aí dirigiu aos amotinados severas e persuasivas admoestações, e o povo, retornando ao teatro, aplaudiu vivamente Oton e disputou com os cavaleiros quem lhe rendia mais honras e homenagens. (ibidem, 69, pág. 55-56)*

É sem dúvida neste momento que Plutarco nos entrega o político exemplar, e volta a ultrapassar o espaço descritivo do biógrafo para desenhar o mito político na figura de Cícero.

De um lado, a persuasão como o espaço do qual o príncipe se utiliza para acalmar a chusma, do outro a disputa política como o âmbito mais saudável do convencimento, ou para ratificar a prática feita, ou para fazer recuar a ação intempestiva do tirano, do anarquista, do revolucionário, quem quer que seja que ponha o Estado assolado por perigosos ou caminhos tortuosos da sua tradição original e dos seus costumes tradicionais.

Em Plutarco, nas *Vidas Paralelas*, os textos dos reis são fonte essencial histórica e bastante visitada e revisitada na construção do modelo de rei, mas é sem dúvida num trabalho misto de biografia e comparação, como em *Demóstenes e Cícero* que este universo sutil da educação monárquica vai alcançar talvez o seu nível mais refinado de discussão.

O olhar passará a ser do discurso dentro discurso, e esta cadeia discursiva, entre o orador, o rei, o biógrafo e o historiador podem ir delineando algo irrefutável para um príncipe, ao ler Plutarco tem-se uma visão geral do que o Estado pode me dar, e o que posso eu dar ao Estado.

## AS ILHAS DOS ABENÇOADOS E A RETÓRICA COMO ARTE POLÍTICA (O PAPEL VIRTUOSO DO HOMEM DE ESTADO)

Veja-se, então, que esta reflexão em torno da retórica política já estava em seu ápice no *Górgias*, visto no instante em que Cálicles faz a acusação grave a Sócrates na circunstância em que o filósofo tentava convencer a todos de um papel mais virtuoso da retórica que o prazer poético do orador em encantar as multidões.

E, neste caso, os exemplos de Plutarco atestam este discurso depois tão evoluído na sua função metacrítica, assim atingido em Demóstenes e Cícero, o papel e compreensão maior da retórica política, pois vinham alimentados de uma educação dialética acerca dos perigos da mesma, e qual era, então, a acusação de Cálicles? Simples, ao Sócrates procurar dar este papel maior a Retórica, ele diz: "Que absurdo, Sócrates, és realmente um demagogo" (GÓRGIAS, 494d).

Após toda tentativa no desafio a Cálicles, Sócrates não mais tenta instruí-lo e ensiná-lo, mas no seu discurso final faz o relato acerca das *Ilhas dos Abençoados*, e esta narrativa será a última tentativa em convencer que o produto da verdadeira retórica é o bem a todos e não o prazer do orador.

O que se deslinda a partir desta tentativa é guiar o caminho da formação do Homem de Estado, indicando que em torno do que espera um homem de índole e ações más, será o Tártaro, e o que espera um homem de índole e ações boas, serão as Ilhas dos Abençoados, nada disso vale se nas palavras de Sócrates não estivessem o único objetivo da Grande Política e da Ação humana completa:

*"Mas entre as muitas afirmações que fizemos, ainda que todas as demais fossem refutadas, uma exclusivamente permanece inabalável, ou seja, a de que devemos nos esquivar mais cuidadosamente de cometer injustiça"* (GÓRGIAS, 527b).

Jean-Pierre Vernant parece ter a resposta mais completa para o uso do mito neste momento do diálogo platônico, visto que as armadilhas da efabulação ou da poética pudessem desviar o verdadeiro objetivo do filósofo e seria visto como uma fuga a maior necessidade da dialética lançada pelo diálogo que era de resolver o verdadeiro papel e objetivo da retórica, mas também organizar as ideias de tudo aquilo que se aproxima da retórica como erro.

Deste espaço, nasceria o paradoxo socrático, que se enviesaria pela perspectiva de elaborar uma condenação dos artifícios de linguagem presentes no discurso de Górgias (e base do ensinamento ao sofisma político, que educa políticos e encanta plateias) e ao mesmo tempo usar uma narrativa cheia de metáforas para definir o que é justo e o que é o bom, termo do discurso político. Seria isto possível?

*Por sua forma métrica ritmo, consonância, musicalidade, gestos, às vezes dança que a acompanham, a narração oral desencadeia no público um processo de comunhão afetiva com as ações dramáticas que formam a matéria da narrativa. Essa magia da palavra falada, celebrada por Górgias e que confere aos diferentes gêneros de declamação - poesia, tragédia, retórica, sofisticada - um mesmo tipo de eficácia, constitui para os gregos uma das dimensões do mythos em oposição ao logos. Renunciando voluntariamente ao dramático e ao maravilhoso, o logos situa sua ação sobre o espírito... (VERNANT, 2011, p. 174-5)*

O que Vernant interpreta sobre a sedução da palavra no mundo grego, é o que Platão por meio de Sócrates já fazia com maestria, se em princípio era uma contradição condenar a palavra no *mythos*<sup>4</sup>, pois o seu artifício poético afastava pela sedução do discurso a verdade política, mas aproximava plateias, era partindo destas narrativas e alcançando um status de debate sério que se faria o engendramento da única política viável.

Este discurso narrativo iria se tornando sério ao abandonar o que nele se teria de maravilhoso, aventureiro, fantástico, e a própria natureza do discurso político iria se perfazendo na ordem dos conceitos e recados à sociedade baseados em premissas de verdade e justiça.

Nos ensina Platão, neste momento do *Górgias*, a arte política pela retórica, que se necessário é que parta do discurso narrativo ficcional, essencial é que ganhe a seara e seriedade do discurso político do convencimento.

<sup>4</sup>Aqui tome-se a palavra Mythos como o próprio Vernant a define, as narrativas concernentes aos deuses e aos heróis. (2011, p.172)

Veja que o início da narrativa sobre *As ilhas dos abençoados*<sup>5</sup> este *mythoi* é o esforço de Sócrates para convencer Cálicles da natureza verdadeira de tudo aquilo que ele relatou não só como papel da retórica, mas do homem de Estado.

Por outro lado como retirar a grave acusação de demagogo imposta pelo próprio Cálicles a ele, como se dissesse, iniciarei pelo que você mais admira em Górgias e refuta em mim, em Górgias sua poética do convencimento, em mim, a verdade, baseada no discurso conceitual político, mas este discurso conceitual político, vai receber primeiro a alegoria<sup>6</sup> *A ilha dos abençoados*, para onde vai todo indivíduo que "viveu uma existência justa e de religiosidade" (GÓRGIAS, 523b).

Qual o termo final, então, de Sócrates para explicar que esta existência justa e esta forma alegórica de chegar a ela é fruto de uma matriz fortemente política baseada não no *mythos*, mas no *logos*?

Aqui a alegoria: a imagem e a narrativa de deuses e heróis: o pressuposto, a ilha será cada homem em seu estado de consciência tranquila, ou não, se a consciência está tranquila, ajuizada no princípio de um sumo bem realizado, em relação ao conhecido ou ao desconhecido, que digne-se o homem após a morte em se encaminhar para o paraíso (o espaço dos abençoados) e aqueles que ao contrário, só procederam no erro que se dirijam ao *Tártaro* (idem, 523b).

Vernant nos alerta para este avanço no grande discurso filosófico. Avanço, inclusive naquilo que historiadores da filosofia depois pretenderam separar, ao elucidarem que a dimensão em Platão já era outra, não mais dos domínios teológicos ou especulativos, mas de uma dialética conformada no saber filosófico:

*Pode-se dizer então que as regras do jogo político, tais como funcionam numa cidade democrática regida pela isêgoria, o direito a palavra igual para cada um, tornaram-se também a regra do jogo intelectual. Em sua organização interna, o discurso escrito se conforma a uma lógica que implica, a partir dali, uma forma de debate onde cada um luta com as armas iguais, pela discussão, pela argumentação contraditória. Não se trata mais de vencer o adversário enfeitando-o, fascinando-o com potência superior do verbo que se dispõe; trata-se de convencê-lo da verdade, levando-se pouco a pouco o próprio discurso interno, segundo sua própria lógica e de acordo com seus próprios critérios, a coincidir com a ordem das razões expostas no texto que lhe é submetido. (VERNANT, 2011, p.175)*

Só podia estar Vernant lendo o mito das *Ilhas dos abençoados* e depois tocado dialogicamente pelo discurso de Sócrates, quando este abandona o *mythoi* e faz a atividade do *logos* ser sua resposta mais contundente, severa e completa contra a acusação de demagogia, ao dar o exemplo claro de Justiça que deve estar em todo homem de Estado, até como exemplo aos homens outros.

Não há para Sócrates outra conduta para este homem, ela deve ser justa, mas suas palavras devem como força da retórica serem as representantes fiéis desta justiça, dizendo sempre o que foi, e não o que poderia ter sido, e será o homem abençoado pela sua própria consciência quando certo de que não enganou as pessoas ou as encantou pelas palavras, mas reforçou os laços de confiança com a sociedade, ao transitar do mito para verdade, e não aapequenar no mito, a vontade de perpetuação de poder:

*É, com efeito, difícil, Cálicles, como também merecedor de nosso maior louvor, encontrarmos um homem que, se achando numa posição que lhe confere pleno poder, a despeito disso tem uma conduta sempre justa. Os indivíduos desse naipe são poucos, embora realmente tenham existido, e espero venham a existir no futuro, tanto aqui, quanto em outros lugares, homens nobres e bons nessa virtude de administrar com justiça aquilo de que são incumbidos. Um deles, Aristídes, filho de Lisímaco, provou ser um homem ilustríssimo, inclusive entre o resto dos gregos. Entretanto, a maioria dos que estão no poder, ó excelente homem, se revela perversa. (GÓRGIAS, 526a,b)*

<sup>5</sup>Atestando que a versão inglesa também traz a tradução do mito como *Ilhas dos abençoados*: "Now in the days of Cronos there existed a law respecting the destiny of man, which has always been, and still continues to be in Heaven, --that he who has lived all his life in justice and holiness shall go, when he is dead, to the Islands of the Blessed, and well there in perfect happiness out of the reach of evil; but that he who has lived unjustly and impiously shall go to the house of vengeance and punishment, which is called Tartarus." (GÓRGIAS, 523a,b)

<sup>6</sup>É excelente a distinção que Walter Benjamin faz entre o símbolo e a alegoria, para dizer que esta presta um serviço narrativo, artístico, mais que religioso: "Existe uma grande diferença, para o poeta, entre procurar o particular a partir do universal, e ver no particular o universal. Ao primeiro tipo pertence a alegoria, em que o particular só vale como exemplo do universal. O segundo tipo corresponde à verdadeira natureza da poesia: ela exprime um particular, sem pensar no universal, nem a ele aludir. Mas quem capta esse particular em toda a sua vitalidade, capta ao mesmo tempo o universal, sem dar-se conta disso, ou dando-se conta muito tarde." Assim Goethe opinou sobre a alegoria, em resposta a uma carta de Schiller, evidentemente sem atribuir grande importância ao objeto alegórico. (BENJAMIN, 1984, p.183).

O exemplo de Sócrates não pertence mais ao mundo mágico, mas pertence a História, e isto justifica o caminho da narrativa ao conceito.

## CONCLUSÃO

Esta arte política, parece permeada de uma sedução complexa a que Hobbes intitulou como *As coisas que enfraquecem a República*, e uma delas, ou uma das principais, era exatamente a dimensão do poder na cabeça do homem, e a construção ilusória e narrativa do ato de super-dimensionar este poder para além daquilo que se tem, já que o Leviatã é o Estado, e não o homem de Estado, que está naquele momento com as rédeas do Leviatã, mas não o é: "agindo sobre o espírito dos homens com palavras e distinções que em si mesmas nada significam, mas revelam (pela sua obscuridade) ... um outro reino, como se fosse um reino de fadas." (HOBBS, 2014, p. 278).

E contra isto Sócrates se insurge, pois não é papel da Retórica o discurso belo e vazio, poético e insosso, mas é papel do homem de Estado: "viver e morrer praticando igualmente a justiça e todas as demais virtudes" (GÓRGIAS, 527e). Logo, não é Sócrates demagogo, mas são Platão e Sócrates mestres na arte política moderna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética* (Trad. Antônio Pinto de Carvalho) Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

PLATÃO. *Diálogos vol.II - Górgias; Eutidemo, Hípias Maior e Menor*. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007.

\_\_\_\_\_. *Górgias*. Tradução Carlos Alberto Nunes. Bélem: Universidade Federal do Pará, 1986.

\_\_\_\_\_. *Gorgias*. Translated by Benjamin Jowett. USA: Project Gutenberg Association, 1971.

\_\_\_\_\_. *A República* Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

PLUTARCO. *Demóstenes e Cícero*. Tradução Sady Garibaldi. São Paulo: Atena Editora, 1959.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e sociedade na Grécia Antiga*. Tradução Myrian Campello. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

### Fontes secundárias

BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco Alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, José Ribeiro. *Plutarco educador da Europa*. Coimbra: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 2002.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *Fragmentos finais*. Tradução Flávio R. Kothe. Brasília: Editora UNB, 2002.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos do espólio*. Tradução Flávio R. Kothe. Brasília: Editora UNB, 2007.

SÓFOCLES. *Ájax*. Tradução Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.